

Copyright (c) 2020 Caderno de Administração



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Os autores podem manter os direitos autorais pelo seu trabalho, mas repassam direitos de publicação à revista Caderno de Administração. A revista poderá usar o trabalho para fins não-comerciais, incluindo direito de enviar o trabalho em bases de dados de Acesso Livre.

Fonte: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53589>. Acesso em: 02 fev. 2021.

REFERÊNCIA

NUNES, Christiane Girard Ferreira. Em tempo de coronavírus. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, p. 37-41, 4 jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53589>. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53589>. Acesso em: 02 fev. 2021.

EM TEMPO DE CORONAVÍRUS

IN CORONAVIRUS TIME

Christiane Girard Ferreira NUNES¹

Recebido em: 07/05/2020

Aceito em: 04/06/2020

RESUMO

O novo coronavírus tem levado nossa sociedade a uma situação-limite. Os esforços vão desde a conservação da saúde, incluindo a mental, à manutenção dos empregos e da renda das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, dentre as quais se destaca a população que habita as comunidades pobres e os trabalhadores informais. O presente texto reflete sobre a nossa sensibilidade em relação ao outro, sobre a questão ética da justiça social e sobre a relação entre isolamento e individualismo. Ainda que achássemos que pertencíamos a mundos diferentes, a COVID-19 nos obriga a reconhecer que o mundo em que todos habitam é o mesmo. Ao nos darmos conta de que pertencemos ao mesmo mundo, cabe repensar a natureza da sociedade política que criamos e restabelecer vínculos solidários e democráticos a fim de se construir uma democracia viva, baseada na ideia de justiça social.

Palavras-chave: COVID-19. Informalidade. Pobreza. Justiça social. Democracia.

ABSTRACT

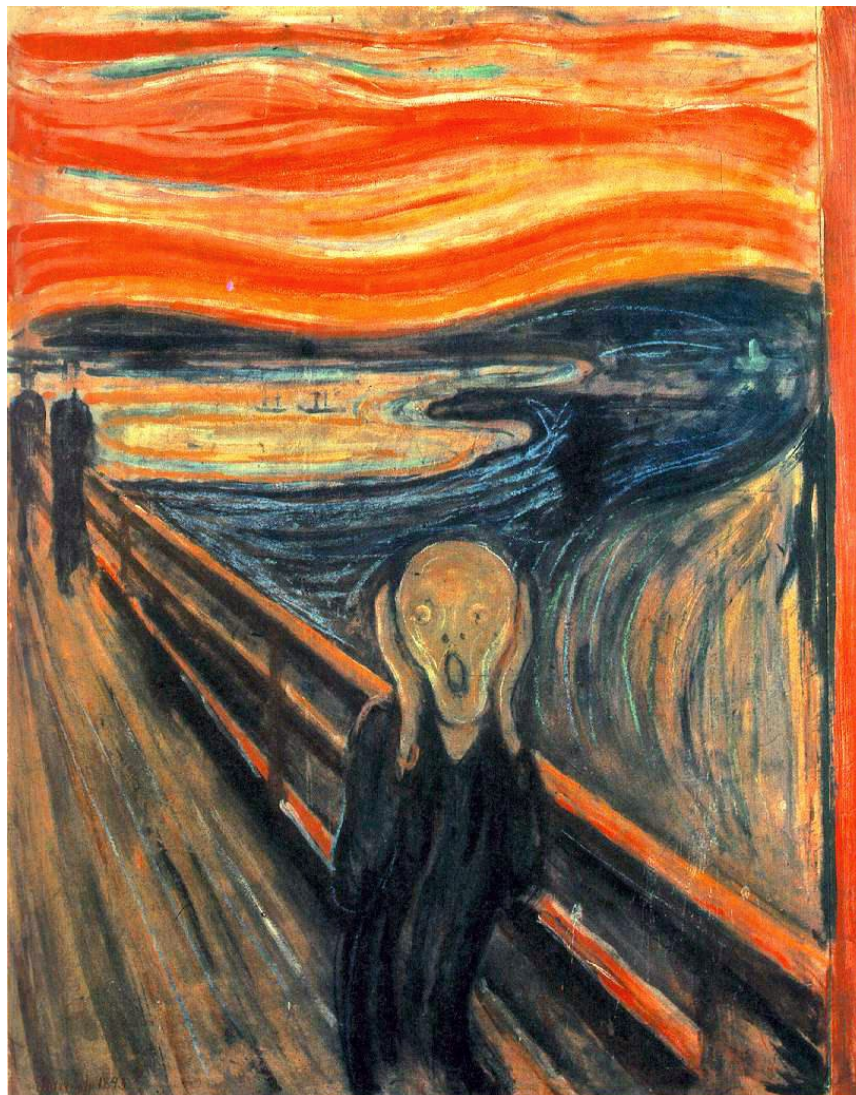
The new coronavirus has taken our society to a threshold situation. Efforts range from the conservation of health, including mental health, to the maintenance of jobs and income of the most vulnerable people, among them the population living in poor communities and informal workers. This text reflects on our sensitivity towards the other, on the ethical issue of social justice and on the relation between isolation and individualism. Even though we thought we belonged to different worlds, COVID-19 forces us to recognize that the world in which everyone lives is the same. When we realize that we belong to the same world, it is necessary to rethink the nature of the political society that we have created and to reestablish solidary and democratic bonds in order to build a living democracy, based on the idea of social justice.

¹ Doutorado em Sociologia - Universidade de Brasília. Pós-doutorado na Universidade de Nanterre, Laboratório "Sophiapol" (Laboratoire de sociologie, philosophie et anthropologie politiques), e no Laboratório "LISE" (Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Economique) do CNAM em Paris. Professora associada 3, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Pesquisadora associada do "Laboratoire International de Sociologie Clinique de Paris", Universidade de Paris7 - Sorbonne/Diderot, Laboratoire de Changement Social.

Keywords: COVID-19. Informality. Poverty. Social justice. Democracy.

Hoje, 28 de abril de 2020, o radialista informou que com as 5.017 mortes por COVID-19, em 42 dias, o Brasil já ultrapassou a China. A imagem que sempre me vem à mente é a do quadro “O Grito”, de Edvard Munch (Figura 1). Será que conseguiremos atravessar a ponte? O que sinto ao ver os olhos arregalados de medo do personagem é equivalente ao que sinto ao escutar o rádio. Cenas que se repetem ao longo do dia, ao longo dos dias. Pessoas chorando. Não há lugar para acompanhar seus mortos. Em cada parte da ponte, há mortes. Atrás e na frente também. Devemos correr, abandonando os meus, os nossos, os seus.

Figura 1 – “O Grito” de Edvard Munch (1893).



Fonte: Aidar (2019).

Lutar para conservar nossa saúde mental passa por fazer projetos. Podem ser para amanhã e bem modestos. Vimos isso em diários feitos durante situações-limite, como os de Anne Frank

e Hélène Berr. Podem ser projetos também mais ambiciosos. Em princípio, estou mais para a modéstia, mas, vendo a situação, vou me autorizar a mais ambição.

Trabalhei mais de quinze anos refletindo sobre o setor informal, dez anos ou mais estudando sobre a economia solidária e, ao ouvir sobre a decisão de ajudar os autônomos, informais e precarizados, soube que houve um estranhamento da parte do governo sobre a quantidade de vulneráveis, já que se mostrou muito mais elevada do que os órgãos do Estado imaginavam. O representante do governo estimava que, aproximadamente, 36 milhões de pessoas precisariam dessa ajuda. No entanto, os números já apontam para mais de 50 milhões!! Devem ser muito mais, pensei. Esse desabafo do representante do Estado soou aos meus ouvidos muito mal.

Vimos nas nossas pesquisas sobre a informalidade (THEODORO; GIRARD-NUNES, 2003; GIRARD-NUNES; ISAAC, 2013) que a vulnerabilidade acompanha aqueles que estão no setor informal. Não se entra quando se quer e como se quer no informal, não é um tecido poroso que absorve quem quer entrar. Precisa-se de redes, forçar as brechas, as rachaduras. Mas não é sobre esse aspecto que desejo me deter, é sobre a contínua invisibilidade desses trabalhadores aos olhos do Estado e de boa parte da sociedade.

Na TV e nos jornais, as imagens mostram a realidade em comunidades pobres, cujas condições estão longe das ideais para o enfretamento da pandemia: densidade populacional elevada, sem água, sem proteção contra a contaminação possível do vírus. Foram visibilizados os ditos invisíveis. São constantes os noticiários sobre violência nas favelas, mas poucos retratam as condições de vida dos moradores. E esses poucos a abordam como se fosse a realidade de um outro mundo. Uma versão trágica da realidade. É de fato trágica, mas é o mesmo mundo, na comunidade e no asfalto, interdependentes sob muitos aspectos, como nas relações de trabalho. Constantemente nos sentimos convocados a fazer algo. Participamos de campanha de doações e outros atos solidários. Registramos a situação, sabemos dos dados, sentimos um incômodo que recrudescer ou declina com mais ou menos intensidade. Não deixou de ser um outro mundo. Discutem-se teorias. O tema da justiça social tornou-se debate, a maior parte das vezes, tenso. Contudo, não se discute o que cada um de nós fazemos ou poderíamos fazer fora das cadências dos calendários eleitorais. Abandonamos a prática de cultivar uma democracia viva.

Nesse momento de coronavírus, percebemos que somos do mesmo mundo. E nesse mesmo mundo não há leito de UTI, não há vacina, não há remédios e não podemos nem ao menos acompanhar quem amamos. Mesmo assim, veremos que a diferença entre a vida e a morte para muitos dos que adoecerem dependerá da classe social a que se pertence.

Em função disso, gostaria nesse momento de revisitar a questão da justiça social e dos vínculos. Não para falar de teoria, mas para, se tivermos a sorte de escapar, conclamar a criar mutirão para erradicar problemas de saneamento, de habitações insalubres, de educação. Há muitas organizações solidárias que se dedicam a esses esforços, contudo os dados disponíveis mostram que a situação somente poderia se modificar com um imenso mutirão nacional. Seria uma oportunidade de trabalho para todos: reconstruir, consertar. A justiça social só pode ser abordada se admitirmos que pertencemos ao mesmo mundo. Cada um tem um saber que poderia ser útil a outros.

Temos nos tornados mais isolados no nosso mundo? Virtualmente, cada um visita o mesmo mundo que o seu. É o que se conversa. Um exemplo dessa realidade é o crescente adoecimento que a solidão tem causado à população idosa. Penso que nesse caso a história do individualismo positivo, do qual trata Castel (2001), se é de fato uma leitura apropriada à situação francesa e a alguns países europeus, nos ajuda a pensar nossa situação brasileira. O que vimos em alguns países da Europa? Ao longo da história, o Estado Democrático significou: ruptura com a Igreja e a realeza, exigência feita aos indivíduos de fazerem suas escolhas orientados pela razão, liberdade, igualdade perante a lei, compromisso do Estado de reestabelecer as condições da

igualdade. Isto é o Estado de Direito, a república, que nos representa na realização do objetivo comum e nos torna sócios ou associados de nossa sociedade. Assim, vimos estruturarem-se formas de associações, sindicatos, representações diversas. Os vínculos, os contatos, o elo social como um todo se construía por meio de suas associações, do Estado, de seus representantes. Até porque, como escreveu Georg Simmel (1902), devemos estar distantes para poder viver perto. Isso era um individualismo positivo, com seus canais de representação. A lógica era que nós nos identificássemos com nossa classe, nossos grupos de referência, de gênero, de raça etc. Mas e quando, por conta dos múltiplos fracionamentos, não mais conseguirmos nos identificar? E quando houver menos suporte desses grupos de referência, qual será nossa resposta?

No mundo do trabalho, devido às transformações e reconfigurações recentes, existimos cada vez menos como “categoria profissional”. Não se age mais enquanto categoria. Há tantas fragmentações que o indivíduo se encontra sozinho frente aos desafios que lhes são postos.

Não estamos mais na era de um individualismo positivo, que iria na direção de ter mais direitos. Estamos em um momento de restrição de direitos do trabalho. Vivemos a era de um individualismo negativo. Somos aquele indivíduo que vê o outro com desconfiança, ou não o vê. A realidade da organização do trabalho mais isola do que agrupa. Devido à essa gestão atual do trabalho, quem tem emprego é socializado em um ambiente em que as equipes são feitas para produzirem cada vez em maior quantidade, mais rapidamente e ao menor custo, num ciclo sem fim. A solidariedade no trabalho é vista como antiprodutiva. A aliança, se existe, é somente para produzir, não para a ajuda mútua ou para a geração de confiança entre aqueles que trabalham. É melhor eliminar e trocar alguém que não é suficientemente produtivo (GAULEJAC, 2007).

O mundo sob o coronavírus nos coloca diante de uma sociabilidade paradoxal. A socialização à qual somos submetidos e reproduzimos é contraditória, torna o individualismo negativo o único individualismo possível. Esse individualismo é incompatível com a justiça social na democracia. É incompatível também com o enfrentamento do coronavírus (COVID-19).

Está mais do que na hora de nos confrontarmos com a realidade e buscarmos uma resposta. Com o novo coronavírus, percebemos que precisamos uns dos outros, necessitamos que os vínculos se construam, se reforcem, por mais paradoxal que seja, mesmo à distância. Ao buscarmos manter a distância, percebemos que partilhamos o mesmo mundo que o outro. Eis a exigência de uma sociedade que se mantém sob o jugo do vírus. Se achávamos que éramos de mundos diferentes e, insisto, é verdade, percebemos que vivemos temores compartilhados. Inclusive de contaminar uns e outros, uns aos outros. Temos algumas soluções? Podem ser construídos muros? Beck (2010) ao retratar o mundo que emergiu após o acidente de Chernobyl, que inaugurou o que ele chamou de sociedade de risco, já nos disse, nos anos 1980, que não. A globalidade da epidemia descarta essa possibilidade. Pode-se ignorar a epidemia? Apesar das *fake news* e do barulho estridente dos negacionistas, a cada dia vemos que não. O avanço é avassalador e não se descarta uma segunda fase de contágio. De fato, todas essas razões fariam e justificariam que temos de repensar nossos vínculos com os outros. Não os outros de nosso condomínio. Mas os outros que não têm água, comida, lugar decente para viver. Não podemos contar unicamente com as representações em diferentes instâncias, mesmo que elas sejam fundamentais. Devemos construir uma democracia viva, em que o maior número possível de pessoas se faça presente na construção de vínculos solidários e democráticos.

Quando escrevi que a situação social atual bastaria para justificar esses anseios, pensava que não era a única razão. Vínculos não são unicamente utilitários e muitas vezes não necessariamente utilitários. Temos necessidade de trocar, de doar e de receber. O gesto atencioso do enfermeiro, a dedicação de quem assume lugar à frente da situação, atos como

esses, de coragem e amor autêntico, evidenciam que estamos humanamente vivos. A ideia de justiça social se assenta nesse princípio de solidariedade que é a própria essência do vínculo social e da construção do que costumamos chamar de sociedade.

Se a justiça social não se concretizou, com o acesso a bens indispensáveis a qualquer cidadão, confirma-se que a pedra no sapato da democracia continua sendo a forma de desenvolvimento e de organização econômica que escolhemos. Algo está à nossa frente. Há uma ruptura de vínculos cada vez mais escabrosa a ponto de não nos sentirmos pertencer à mesma comunidade. Precisamos nos implicar. É nossa tarefa de humano.

Está mais do que em tempo de mobilizar alguns poucos valores que podemos todos compartilhar para vivermos juntos, valores da solidariedade democrática. O outro tem o direito de viver de maneira decente e nós, compatriotas, temos o dever de contribuir para erradicar o que nos envergonha.

Corpos são empilhados. Eram José e Pedro? Mas também Ricardo? Acabaram-se posses e privilégios. O rei está nu.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, Laura. O Grito: obra expressionista de Edvard Munch. **Toda Matéria**, 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/o-grito>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo, SP: Ed. 34, 2010.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.
- GIRARD-NUNES, Christiane; SILVA, Pedro Henrique Isaac. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 587-606, dez. 2013. DOI: 10.1590/S0102-69922013000300007.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental (1902). In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- THEODORO, Mário; GIRARD-NUNES, Christiane. A violência no informal. In: LESTIENNE, Bernardo (Org.). **População e pobreza**. São Paulo, SP: Loyola, 2003.